



**X COLÓQUIO
INTERNACIONAL**
"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

AMBIENTALIZAÇÃO DO CURRÍCULO NO ENSINO FUNDAMENTAL EM ILHA DAS FLORES/ SE: NOVOS OLHARES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA DISCIPLINA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

KELLY FRANCIELLY BARBOSA DA CRUZ

ALINE LIMA DE OLIVEIRA NEPOMUCENO

EIXO: 13. CURRÍCULO ESCOLAR, GESTÃO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

RESUMO O presente estudo pretende desvelar as motivações que ocasionaram a implementação da disciplina Educação Ambiental (EA) como componente obrigatório no currículo das escolas municipais de Ilha das Flores/SE. Baseando-se na premissa de que a instituição escolar é um local privilegiado para que a EA se estabeleça de forma contínua e permanente, trazemos reflexões a respeito da institucionalização da EA, apresentando as recomendações para a prática pedagógica com respaldo teórico nas diretrizes legais que regem tal temática, parâmetros e documentos oficiais que tratam da abordagem da EA na Educação Formal. A experiência vivida proporcionou refletir sobre novas estratégias para a inserção da EA na educação básica, e como a disciplina poderia contribuir na formação de indivíduos críticos, ativos e participativos diante da realidade local. **Palavras chave:** Currículo Ambientalizado. Disciplinarização. Educação Ambiental.

ABSTRACT This study attempts to unveil the motivations that led to the implementation of environmental education course (EA) as a mandatory component in the curriculum of public schools in Flores Island / SE. If based on the premise that a school institution is privileged for what EA is established Continuous and permanently, we bring Reflections Regarding the institutionalization of EA, we bring reflections on the institutionalization of EA, with recommendations for teaching practice with theoretical support in the legal guidelines governing such issue, parameters and official documents dealing with the EA approach in formal education. The lived experience provided reflect on new strategies for the inclusion of EA in basic education, and how the discipline could contribute to the formation of critical individuals, active and

participative on the local reality. Keywords: Curriculum Ambientalizado . Disciplining . Environmental education.

1- INTRODUÇÃO

A relação do ser humano com o meio ambiente tem sido destaque nas últimas décadas. Seja pela necessidade urgente de um estreitamento nos laços de pertencimento, ou pela importância de sensibilizar as atuais e futuras gerações a respeito da crise socioambiental em que nos encontramos, torna-se necessária uma reflexão a respeito das nossas ações frente a natureza. Diante de tais situações, fica cada vez mais evidente a importância de um olhar amplo a respeito das questões socioambientais. Em decorrência do exposto, percebe-se que o ser humano muitas vezes não se sente parte do meio ambiente em que vive, se colocando em condição privilegiada, sendo detentor de todo poder sobre a natureza. Esse distanciamento da relação ser humano/natureza provoca danos muitas vezes irreparáveis ao meio ambiente, como o esgotamento de recursos não-renováveis. Nesse cenário de degradação ambiental nos deparamos com a necessidade de re(pensar) a forma como a sociedade utiliza os recursos naturais que são fundamentais a nossa existência. Nesse contexto, a Educação Ambiental (EA) surge com o intuito de expor a situação vivida globalmente e de formar cidadãos capazes de refletir sobre o meio onde vivem e interferir sobre o mesmo. Dessa forma, a EA atua exercendo caráter de enfrentamento, buscando contribuir para mudanças de atitudes e hábitos que visem à preservação do meio ambiente. No âmbito escolar, as questões socioambientais têm conquistado um espaço primordial de discussão e reflexão. Pela relevância da abordagem dessa temática com as novas gerações, encontros e conferências foram e vem sendo realizados no Brasil e no mundo culminando na elaboração de documentos importantes que inserem oficialmente a discussão desse tema considerado relevante na esfera escolar. Dessa forma, a escola se torna um espaço privilegiado para a abordagem dessa temática tão importante e os professores assumem um papel crucial como educadores(as) ambientais. Contudo, “é preciso que o educador trabalhe intensamente a integração entre ser humano e ambiente e se conscientize de que o ser humano é a natureza e não apenas parte dela” (GUIMARÃES, 2007, p.30). No Brasil, um marco importante na educação foi à institucionalização da EA, que se concretizou a partir da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. De acordo com este documento, a EA é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal (BRASIL, 1999). Outro importante acontecimento foi a instituição dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que proporcionaram um maior enfoque sobre as

questões ambientais dentro da escola. Estes definem o Meio Ambiente como um dos temas transversais, devendo ser trabalhado em todas as disciplinas e sempre que surgir oportunidade, assumindo um caráter transversal e interdisciplinar. Sem dúvidas, a escola é um espaço importante para a realização da EA, porém muitos professores ainda sentem-se despreparados para abordagem deste tema de forma interdisciplinar. Loureiro (2007) argumenta que:

(...) uma das maiores dificuldades em se realizar um trabalho interdisciplinar reside no fato de os professores não terem sido formados nesta perspectiva; além disso, a estrutura da escola (horários, grades curriculares, etc.) acaba por fazer com que atividades interdisciplinares sejam absorvidas pela estrutura disciplinar (LOUREIRO, 2007, p.206). Dessa forma, esses fatores contribuem para que suas aulas se resumam na assimilação de conteúdos específicos e de comemorações pontuais na escola, sem contextualizar esse tema com a realidade do aluno. Assim, o grande desafio imposto para a EA na contemporaneidade tem sido a maneira como esta é inserida nas instituições de ensino. Contudo, apesar das dificuldades para a sua concretude, esforços são necessários para que a EA contribua para o processo de formação da consciência crítica dos envolvidos. A abordagem interdisciplinar e transversal em que a EA se propõe, visa superar essa "mera" transmissão de conhecimentos e fazer uma interligação entre todas as áreas, possibilitando a contribuição de cada uma na busca por uma educação que seja efetiva e incentivadora de mudanças de hábitos e atitudes, e que contribua para a construção de uma sociedade ambientalmente sustentável e socialmente justa. Nesta direção, Freire (1996) enfatiza que:

a educação deve ir além da transmissão dos conteúdos, proporcionando ao educando o desenvolvimento de sua criticidade, contribuindo para o surgimento de novos conceitos e valores voltados para a reconstrução da sociedade e do mundo, sendo necessário para isso, uma transformação das práticas pedagógicas (FREIRE, 1996).

Nessa perspectiva, visto que o Município de Ilha das Flores/SE optou pelo processo de disciplinarização da EA nas Escolas da Rede Municipal, surgiu o interesse em desenvolver esta pesquisa a qual pretende refletir sobre as motivações que levaram a implementação da disciplina EA no currículo escolar. A presente pesquisa é norteada pelo seguinte problema: Quais

fatores contribuíram para a inserção da disciplina EA na matriz curricular das Escolas da Rede Municipal de Ilha das Flores/SE?

Optou-se por este local por ser o único Município Sergipano a implementar a disciplina EA como obrigatória no currículo das escolas municipais. O referido município situa-se à 135 quilômetros de Aracaju e está localizado no extremo nordeste do estado de Sergipe, na região do Baixo Rio São Francisco. Diante desta problemática, este estudo objetiva explorar como ocorreu o processo da implementação da disciplina EA de forma obrigatória. A partir do objetivo geral, delinheio os objetivos específicos para este estudo: Identificar a concepção da dimensão socioambiental presente na proposta da criação da disciplina EA no Município de Ilha das Flores/SE; verificar como se deu o processo de disciplinarização da EA neste município; e elucidar as motivações para a criação da disciplina EA, no currículo do Ensino Fundamental, de Ilha das Flores/SE.

1. METODOLOGIA

O presente trabalho se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, pois este método objetiva a compreensão do fenômeno a partir do ponto de vista dos participantes. Segundo Morais (2003):

A pesquisa qualitativa pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que se investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação, isto é, não pretende testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão (MORAIS, 2003, p. 191).

Além disso, trata-se de estudo de caso por buscar a elucidação de um caso particular e característico de determinado local. Segundo Ventura (2007), "o estudo de caso visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações". Inicialmente foi realizada uma pesquisa exploratória com o objetivo de diagnosticar como se deu o processo de implementação da disciplina EA no currículo das Escolas Municipais de Ilha das Flores. Gil (2002, p. 41), esclarece que esse tipo de pesquisa "tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses". A pesquisa também se caracteriza como descritiva, que de acordo com Gil (2002):

têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (GIL, 2002, p.42).

Dessa forma, a primeira parte desta pesquisa se constituiu pelas seguintes etapas: 1) levantamento bibliográfico preliminar que se estendeu durante toda a sua realização; 2) realização de entrevistas com um roteiro semiestruturado com membros diretamente ligados a Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Dessa forma, foram entrevistados o Secretário Municipal de Meio Ambiente, um coordenador Municipal e o Ex-presidente do Conselho Municipal da Educação da cidade de Ilha das Flores/SE. Essa amostra foi selecionada pelo fato de possuírem acesso aos dados e informações necessárias para a elucidação da pesquisa. Para Manzini (1991, p. 154), "a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista". Os entrevistados receberam anteriormente a entrevista um termo de compromisso livre e esclarecido, onde foram descritos e esclarecidos os objetivos da pesquisa, e foram garantidos os direitos legais dos participantes. A segunda etapa deste estudo se constituiu na pesquisa documental, onde foram analisados os documentos responsáveis pela implementação da disciplina. Nesse caso específico, apenas a matriz curricular do Ensino Fundamental foi disponibilizada pela Secretaria Municipal da Educação de Ilha das Flores. De acordo com Gil (2002), "a pesquisa documental apresenta uma série de vantagens, pois os documentos constituem uma fonte rica e estável de dados" (GIL, 2002, p. 46). Os dados coletados através das entrevistas semiestruturadas foram analisados através da Análise Textual Discursiva. Morais (2003, p. 209), define essa análise:

Como um ciclo de operações que se inicia com a unitarização dos materiais do corpus. Daí o processo move-se para a categorização das unidades de análise definidas no estágio inicial. A partir da impregnação atingida por esse processo, argumenta-se que emergem novas compreensões,

aprendizagens criativas que se constituem por auto-organização, em nível inconsciente.

Os discursos relacionados a EA foram enquadrados em categorias através da análise de eixos temáticos pré-definidas por Oliveira (2012). Dessa forma, foi possível traçar um panorama sobre a implementação da EA de forma disciplinar no currículo das Escolas da Rede Municipal de Ilha das Flores/SE. Contudo, a experiência vivida proporcionou refletir sobre novas estratégias para a inserção da EA na educação básica, e como a disciplina poderia contribuir na formação de indivíduos críticos, ativos e participativos diante da realidade local.

1. RESULTADOS E DISCUSSÕES

No ano de 2012, a EA foi implantada de forma disciplinar nas escolas Municipais de Ilha das Flores/SE. Foi inserida na parte diversificada da matriz curricular, que tem como função enriquecer o currículo escolar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seu art. 26, diz que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996). Dessa maneira, a disciplina surge contribuindo para a inserção da dimensão ambiental considerada tão relevante para aquela comunidade, justamente pela importância da ação conjunta e mobilização da sociedade para a resolução dos problemas socioambientais. Apesar das reviravoltas ocorridas na Gestão Municipal, a disciplina manteve-se instituída. Porém, durante a realização da pesquisa documental fui informada da inexistência da Portaria e das atas de reuniões realizadas pelo Conselho para a implantação da disciplina. Dessa forma, como nenhum documento estaria arquivado no Conselho Municipal de Educação de Ilha das Flores, não foi possível analisar mais criteriosamente os objetivos atribuídos a disciplina, e a única informação obtida foi que eles estariam regularizando a situação o mais breve possível. Contudo, como a criação da disciplina EA foi realizada durante a gestão anterior, notamos pouco interesse por parte dos entrevistados da administração atual em esclarecer e divulgar esses dados. Dessa forma, nos questionamos como os conflitos políticos internos podem influenciar no desenvolvimento do

processo educativo?

Muitas vezes isso acarreta na falta de continuidade de projetos e atividades já desenvolvidas, em que os únicos prejudicados são os cidadãos. Contudo, precisamos refletir a respeito das relações de poder exercidas através da Gestão sobre o contexto educacional, e pensar em uma educação integradora e contínua. Nesta direção, Ivor Goodson (1995), um dos estudiosos da história do currículo, destaca a necessidade de se discutir as propostas curriculares ou o que é chamado de currículo prescrito, advertindo que aquilo “que está prescrito não é necessariamente o que é aprendido, e o que se planeja não é necessariamente o que acontece” (p. 78). O autor quer chamar a atenção para a importância de se entender os fatores e as relações de poder que permitiram a construção de uma determinada proposta, analisando as causas que possibilitaram a aceitação de certas ideias em um determinado momento, bem como a compreensão das razões que levaram certas posições a não terem espaço para se impor ou para se fazerem ouvir. Neste sentido, o campo do currículo tem mostrado que as propostas pedagógicas são frutos de debates e de disputas de diferentes naturezas. Com isso, acredita-se que a implementação de políticas públicas em EA vistas como um processo dialético e partilhado do Estado e da sociedade civil, que caminhem para a formação política e cidadã dos indivíduos em uma postura de questionamentos da hegemonia capitalista do consumo, rompendo a noção de Estado Mínimo. No limite, essa oposição às perspectivas de Estado mínimo, mero administrador de contratos de mercado, significa um Estado reformado, e talvez ampliado, pelo diálogo com a sociedade civil (SORRENTINO et al, 2005).

Ressalta-se a participação social, como princípio democrático, no processo de construção e implementação de políticas públicas. Ademais, a construção de um processo educativo identificado com a autonomia individual e a emancipação social não pode prescindir de uma atitude crítica, participativa e comprometida com a ampliação da cidadania (OLIVEIRA-NEPOMUCENO, ARAÚJO E CARDOSO, 2015, p. 5).

Portanto, conforme as formulações teóricas aqui expostas, o processo de constituição de políticas públicas não pode ser concebido “de cima para baixo”, numa relação de “dominante/dominado”, ou seja, numa relação em

que as propostas e documentos oficiais, escritos pelos que estão no centro do poder, monopolizam as práticas curriculares dos professores na escola; as relações de poder estão disseminadas socialmente, de forma multilateral, no processo de escolarização. Nesse sentido, reconhecemos que o currículo disciplinar não valoriza os interesses dos alunos, suas experiências, seu meio. Do mesmo modo que não aborda questões práticas vitais do ponto de vista social (LOPES, 2000). Contudo, a implementação da disciplina EA no currículo Municipal de Ilha das Flores teve como uma das suas finalidades contribuir para a formação das futuras gerações. Dessa forma, analisamos nos discursos relacionados a disciplina qual a concepção de EA, enquadrando-os em categorias através da análise de eixos temáticos pré-definidas por Oliveira (2012). Nesta direção, foram subdividas as seguintes categorias: Concepção Cognitiva focada no individual; concepção romântica, preservacionista; concepção comportamentalista; concepção sensibilizadora e concepção crítica (OLIVEIRA, 2012, p. 68-73). De acordo com as definições da autora, na Concepção Cognitiva focada no individual a EA é reduzida a uma intervenção centrada no indivíduo, tomado como unidade otimizada. A concepção romântica, preservacionista apoia-se nos princípios da ecologia e na valorização da dimensão afetiva em relação a natureza. A concepção comportamentalista há uma ênfase nas mudanças de comportamento individual. Já a concepção sensibilizadora está vinculada a mera transmissão de conhecimentos ecologicamente corretos. Por fim, a concepção crítica que procura contextualizar e polemizar o debate ambiental. Após a definição das categorias, iniciou-se a análise dos discursos. Retomo alguns fragmentos dos discursos utilizados para justificativa da inserção da disciplina, que de acordo com a análise se caracteriza com uma concepção comportamentalista da EA, pois objetiva mudanças comportamentais para conservar a natureza.

"O principal objetivo da disciplina é conscientizar as futuras gerações a respeito da importância do rio, que é muito importante para a população" (01.B).

"Essa disciplina veio para ajudar a esclarecer e conscientizar essas pessoas para que não jogue lixo no rio" (02.B). Dessa maneira, os objetivos atribuídos a disciplina estão ligados apenas a mudanças de comportamentos, não dando enfoque a uma visão mais ampla do problema.

Porém, é possível identificar na fala do entrevistado 03.B uma preocupação com a situação atual da localidade.

*"Eu como professor de Ciências tinha uma preocupação com o lixo, e eu acho que a disciplina **EA veio para colocar o lixo em seu devido lugar**, e nós professores poderíamos desempenhar este trabalho" (03.B).*

Durante as entrevistas, foi perguntado quais as vantagens de se trabalhar a EA de maneira disciplinar. As respostas obtidas apresentaram fundamentos característicos de uma EA romântica/preservacionista, pois esta evidencia aspectos ecológicos da questão ambiental como verificado na fala do entrevistado 02.B:

*"São de **despertar no aluno a consciência deles** em, por exemplo, não desmatar as margens do rio São Francisco, porque isso leva ao assoreamento do rio, e no futuro pode acontecer que o rio possa até desaparecer. Essa é uma grande importância a implantação da Educação Ambiental, além da preocupação do meio ambiente" (02.B).*

O entrevistado 01.B, quando questionado sobre as vantagens da abordagem disciplinar em EA, apresenta justificativas com discurso considerado em uma concepção sensibilizadora, pois se preocupa com a transmissão de conhecimentos ecologicamente corretos.

"A vantagem é de tratar com as crianças questões ligadas ao meio ambiente, é começarem a se preocupar com a degradação ambiental, com o esgoto das cidades que são despejados no rio".

Em relação as desvantagens e dificuldades encontradas para a abordagem da EA de forma disciplinar, os entrevistados não relataram existir e acreditam ser uma estratégia essencial para uma EA mais efetiva na educação básica. O entrevistado 02.B, apresenta em seu discurso a concepção romântica/preservacionista ao explicitar a importância contribuição da disciplina:

"Eu acho que não, não tem desvantagem. Ao contrário, só tem vantagens porque a disciplina vai conscientizar os alunos para que eles preservem o meio ambiente e tenham consciência de que nós dependemos muito da natureza e do meio ambiente". Já o entrevistado 01.B, também

apresenta um discurso ligado a EA romântica/preservacionista, ao se referir as desvantagens da disciplina. Dessa forma, ele argumenta que: "**Não tem desvantagens!** Deve continuar como disciplina, pois é importante para conscientizar os alunos sobre o meio em que vivem. Podemos notar que as concepções romântica/preservacionista, comportamentalista e sensibilizadora foram identificadas nos fragmentos analisados, mostrando a grande prevalência dessas concepções. Essa análise foi necessária pois acreditamos que essa concepção influencia diretamente na maneira dos entrevistados pensarem a EA. Dessa forma, fica evidente a necessidade da inserção do caráter crítico que favoreça a contextualização e problematização a respeito da EA, envolvendo todas as suas dimensões (sociais, políticas, culturais e históricas). Diante do exposto trago o conceito de EA crítica também designada de transformadora, emancipatória ou popular, a qual defendo, e que se coloca em contraposição a EA conservadora ou hegemônica. Guimarães (2000, p. 17), ressalta que:

Em uma concepção crítica de Educação Ambiental, acredita-se que a transformação da sociedade é causada e consequência da transformação de cada indivíduo, há uma reciprocidade dos processos no qual propicia a transformação de ambos. Nesta visão o educando e o educador são agentes sociais que atuam no processo de transformações sociais; portanto, o ensino é teoria/prática, é práxis. Ensino que se abre para a comunidade com seus problemas sociais e ambientais, sendo estes conteúdos de trabalho pedagógico. Aqui a compreensão e atuação sobre as relações de poder que permeiam a sociedade são priorizados, significando uma educação política.

Desenvolver a EA na perspectiva crítica é tarefa fundamental para estimular o senso crítico e reflexivo dos envolvidos. Dessa forma, objetiva a sensibilização a respeito dos problemas enfrentados e a colaboração de todos, atuando não apenas individualmente, mas coletivamente para solucioná-los. De acordo com Guimarães (2004, p. 30), a EA Crítica:

Objetiva promover ambientes educativos de mobilização dos processos de intervenção sobre a realidade e seus problemas socioambientais, para que possamos nestes ambientes superar as armadilhas paradigmáticas e propiciar um processo educativo, em que nesse exercício, estejamos, educandos e educadores, nos formando e contribuindo, pelo exercício de

uma cidadania ativa, na transformação da grave crise socioambiental que vivenciamos todos.

Frente a isso, a escola sente-se desafiada a promover a discussão e problematização sobre as questões socioambientais que tem caráter preocupante. Diante da necessidade atual da formação de cidadãos atuantes e participativos para a construção de uma sociedade sustentável e ecologicamente equilibrada. Contudo, de acordo com as reflexões de Guimarães (2004, p. 31), as ações pedagógicas devem:

Superar a mera transmissão de conhecimentos ecologicamente corretos, assim como as ações de sensibilização, envolvendo afetivamente os educandos com a causa ambiental. Ações essas que predominam, por exemplo, no cotidiano escolar, muitas vezes sendo trabalhado isoladamente o aspecto cognitivo do afetivo no processo de ensino-aprendizagem. No entanto, superar essa tendência não significa negá-las, mas apropriá-las ao contexto crítico que pretendemos no processo educativo (GUIMARÃES, 2004, p.31). Para Oliveira(2012), a EA na perspectiva crítica “representa um importante caminho para a construção de uma sociedade sustentável que passa a contestar os paradigmas reducionistas da realidade e o modo de produção capitalista que explora o ambiente” (OLIVEIRA, 2012, p.19). De acordo com Reigota (2006, p. 56), “apesar de quase não ser considerada por muitos profissionais como uma disciplina, temos observado o surgimento dela, como tal, na escola primária, secundária e superior”. Contudo, o autor afirma que uma análise mais aprofundada da EA como disciplina precisa ser realizada. À face dessas constatações, a escola, como uma das principais agências formadoras do ser humano, vê-se questionada e desafiada pelas pressões que o mundo contemporâneo vivencia. Um dos dilemas que tem se apresentado à instituição escolar é: por um lado, continuar apegada a velhos conceitos, orientando currículos/conteúdos e práticas para atender a uma estrutura fechada; ou, por outro, repensar-se, reavaliar-se e reorientar-se por processos auto-organizativos, participativos e realmente contextualizados histórica e culturalmente numa perspectiva interdisciplinar. Partindo dessas assertivas, esta pesquisa foi motivada pela necessidade de aprofundar nossas reflexões através de uma experiência de disciplinarização da EA, que mesmo se apresentando em contraposição do que é recomendado por diversos documentos oficiais, pretende fornecer

condições para a concretização da EA na educação básica de maneira contínua e permanente.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos dados obtidos com a pesquisa foi possível verificar que a inserção de uma disciplina curricular obrigatória fornece condições propícias para o desenvolvimento de um trabalho mais concreto em EA na Educação Básica, como espaço físico, horários e educadores disponíveis para essa função. Porém, o distanciamento do caráter crítico de se pensar e fazer EA, acaba por dificultar esse processo, pelo fato de ficar restrito a transmissão de conhecimentos específicos sobre o assunto, que muitas vezes não serão contextualizados com a realidade dos alunos. Porém, isso pode ser decorrente da falta de formação inicial e continuada dos educadores, que tentam inserir a EA em suas aulas, mas acabam desenvolvendo práticas fragilizadas. Contudo, a disciplina EA surgiu diante da necessidade de sensibilizar aquela comunidade de ribeirinhos diante dos problemas socioambientais já enfrentados. Porém o ponto chave para a sua concretude é a definição e execução da interdisciplinaridade na EA, que muitas das vezes não saem de meras tentativas. Dessa forma, ao pensar a EA na escola, encontramos uma série de dificuldades, esta acaba, na maioria das vezes, se mantendo como um tema pontual somente tratado em semanas pedagógicas ou atividades comemorativas no âmbito escolar, ficando restrita a este espaço e sem aplicação na comunidade. Mesmo com todas essas dificuldades, ainda faço coro de que, a EA não deve ser trabalhada como uma disciplina, mas sim por todo o corpo docente. Mesmo que para isso, tenhamos que repensar o papel da própria escola e da educação, dividida e compartimentalizada em disciplinas que não se comunicam entre si. Neste ínterim, existe, determinadamente, uma tendência na EA em se esvaziar no espaço escolar, buscando fortalecer outros, algo que é justificado por alguns educadores ambientais a partir de críticas à Educação Formal e às escolas como se estas fossem intrinsecamente instituições ultrapassadas, reprodutoras de uma lógica da fragmentação do saber e de relações de dominação, portanto, sem historicidade. Há também ações nessas políticas que chegam ou são planejadas para chegar às escolas sem o necessário diálogo e a mediação destas com a sua realidade, resultando em uma inserção marginal da EA, posto que não tocam em questões inerentes ao “mundo da educação” e que são centrais para o seu fortalecimento no contexto. Isto é, em muitos casos as políticas públicas chegam às escolas como determinações que não representam suas reais necessidades, fato este que tem se agravado com a recorrente descontinuidade destas políticas e/ou desconhecimento popular das mesmas, como é o caso da política aqui discutida, que ficam a mercê de desejos e diferentes projetos políticos de diferentes gestores. Frente a esse desafio, continuo acreditando na educação como um instrumento de transformação social, que poderá promover mudanças efetivas de

hábitos e atitudes, e exercer caráter de enfrentamento diante do problemas socioambientais decorrentes das atividades humanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. _____. Lei 9.394/1996. **Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em <http://

www.

planalto.gov.br

/ccivil_03/Leis/L9394.htm

> acesso em 12 de abr. de 2016. _____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**.

Disponível em:

<http://

portal.mec.gov.br

/seb/arquivos/pdf/meioambiente.pdf

>.

Acesso em: 10 de jan. 2016. _____. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Brasília DF, 1999.

Disponível em:

<http://

www.

planalto.gov.br

/ccivil_03/leis/l9795.htm

>.

Acesso em: 11 de Fev. 2016. _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente e saúde**. Brasília, DF, 1997. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. GOODSON, I. F. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis: Vozes, 1995. _____. **A Construção Social do Currículo**. Lisboa: Educa, 1997. GUIMARÃES, M. **Educação ambiental: temas em meio ambiente**. Rio de Janeiro: Editora da Unigranrio, 2000. --_____. Educação ambiental crítica. In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília:

Ministério do Meio Ambiente, 2004. _____. **Educação ambiental: no consenso um debate?** Campinas, SP: Papirus, 2007. LOPES, A. C. Organização do conhecimento escolar: analisando a disciplinariedade e a integração. In: CANDAU, V. M. (org.). **Linguagens espaços e tempos no ensinar e aprender**. Rio de Janeiro: DP & A, 2000. p. 147-163. LOUREIRO, C. F. B. **Educação na diversidade: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental / Organização: Rachel Trajber, Patrícia Ramos Mendonça**. – Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007. MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: eduel, 2003. p.11-25. MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência&Educação**: Bauru, SP, v.9, n.2, p.191-210, 2003. NEPOMUCENO-OLIVEIRA, A. L., CARDOSO, L. R., ARAÚJO, M. I. O. Política Estadual de Educação Ambiental – Lei n. 6882/2010: uma análise à luz da concepção crítica de currículo. **Anais VIII EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental**. Rio de Janeiro, julho de 2015. OLIVEIRA, A. L. **A Perspectiva Participativa para a Inserção da Educação Ambiental Crítica em Escolas da Baixada Fluminense**. 2012. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, 2012. REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004. SORRENTINO, M. et al. Educação Ambiental como Política Pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.2, p.285-299. 2005. VENTURA, M. M.O Estudo de Caso como modalidade de pesquisa. **Revista SOCERJ**. Rio de Janeiro, Socerj, setembro/outubro de 2007, n.20(5), p. 383-386.

* Graduanda em Ciências Biológicas Licenciatura (UFS) e Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental de Sergipe (GEPEASE); Email: kelly_francielly@hotmail.com

[1] Professora Assistente do Departamento de Biologia – UFS, Doutoranda em Educação do PPGED – UFS e Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental de Sergipe (GEPEASE); Email: aline_limadeoliveira@yahoo.com

.br

Recebido em: 06/08/2016

Aprovado em: 08/08/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: